

**Oficiais do Exército Brasileiro nos EUA:
experiência, memória e incorporação seletiva de idéias nas décadas de 1930 e 40.**

Eduardo Munhoz Svartman*

Este texto investiga as experiências acumuladas e memórias produzidas por oficiais do Exército Brasileiro que estagiaram, fizeram cursos ou desempenharam funções administrativas ou diplomáticas nos EUA no âmbito dos acordos de cooperação militar ou de defesa mútua estabelecidos entre os governos brasileiro e norte-americano no decorrer das décadas de 1930 e de 1940. No plano militar estes acordos operacionalizaram a reconversão doutrinária e operacional do Exército Brasileiro do modelo francês para o norte-americano, o que foi viabilizado, em parte, pelo envio de oficiais para estagiar naquele país e pela vinda ao Brasil de missões e consultores. Esta experiência de internacionalização de uma fração do oficialato brasileiro, expressa também pela experiência da FEB, consolidou, no Exército, uma disposição geral pró-Aliados durante a II Guerra e a difusão de uma visão predominante favorável aos Estados Unidos até o final da década de 1940. Paralelamente, a experiência junto aos EUA tendeu a reforçar antigas disposições para a intervenção política entre oficiais brasileiros, de modo que os sentidos produzidos pelos agentes pesquisados afastaram as disposições germanófilas e reforçaram a crença não necessariamente na democracia liberal, mas no planejamento, na necessidade de fortalecimento militar, na urgência do combate ao comunismo e na necessidade de um maior protagonismo dos militares na política interna.

O processo de aproximação das Forças Armadas brasileiras às norte-americanas está inserido no quadro do alinhamento diplomático do Brasil com os Estados Unidos e da construção daquilo que Gerson Moura denominou como sistema de poder deste país na América Latina.¹ Neste marco mais amplo, que se delineava no início dos anos 1930, as Forças Armadas brasileiras, e o Exército em particular, tiveram um protagonismo crescente no Brasil, influenciando em diferentes esferas da política nacional. Isso lhes permitiu fazer das suas necessidades de reequipamento um item importante da agenda de política externa brasileira e de modo a compor os termos da barganha brasileira pelo seu alinhamento na II

* Professor de História da Universidade de Passo Fundo, esta pesquisa conta com apoio do CNPq.

¹ MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p.42.

Guerra Mundial. Até a ruptura de relações diplomáticas do Brasil com o Eixo, em março de 1942, os militares brasileiros buscaram o atendimento de suas demandas por material bélico tanto nos EUA quanto na Alemanha ou na Itália, de modo que o mercado brasileiro foi objeto de uma intensa competição entre diferentes potências.²

Em meados da década de 1930, quando ainda estava em vigência a Missão Militar Francesa no Brasil, os Estados Unidos enviaram oficiais para auxiliar na instalação de uma fábrica de aviões militares e para reforçar a precária artilharia de costa. Em 1937 a Marinha brasileira negociou, embora sem sucesso, o arrendamento de vasos de guerra norte-americanos.³ Paralelamente, o Brasil fazia pesadas encomendas de armas à Alemanha. As entregas começaram e ser feitas já em 1938, facilitadas por mecanismos como o comércio compensado que permitiam a troca de matérias primas por armamentos sem o comprometimento das escassas divisas nacionais.⁴

Não se tratava apenas de compra de armas, o que também estava em pauta eram os alinhamentos para um conflito de grandes proporções cuja eclosão todos agentes sabiam ser apenas uma questão de tempo. Em função disso, os Estados Unidos foram progressivamente abrindo suas escolas militares para que oficiais brasileiros ali fizessem estágios ou cursos e para que, uma vez de volta ao Brasil, contribuíssem para que as compras de armas fossem deslocadas da Europa para os EUA. Seu objetivo era consolidar a América Latina como uma região à salvo de influência européia e com isso garantir a projeção da sua influência política e econômica sobre o continente, fortalecendo sua posição face às potências rivais.⁵

A diplomacia brasileira procurava explorar essa rivalidade para melhor atender às novas demandas em favor da fundação das bases para a industrialização, da projeção política regional do Brasil e do rearmamento das Forças Armadas, que também consideravam a industrialização essencial para garantir a defesa nacional a longo prazo. Até a eclosão da guerra, o Brasil tinha como trunfos a sua capacidade de fornecer matérias-primas estratégicas e o desejo de comprar armas e, em função disso, manteve uma “equidistância pragmática” face às potências.⁶ Com a eclosão do conflito, o Brasil logo tornou-se peça importante na

² HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939, aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

³ McCANN, Frank. *A influência estrangeira e o Exército brasileiro, 1905-1945*. in: A REVOLUÇÃO DE 30. Seminário Internacional CPDOC/FAV. Brasília: Editora da UnB, 1983. p. 229s. HILTON, S. Op. cit. p. 221 e BRANCATO, Sandra. As relações Brasil/Argentina no ano de 1937: rivalidade e conflito. *Revista de Estudos Ibero-Americanos*. 1988, n.2, pp. 195-214.

⁴ HILTON, S. Op. cit. p. 261ss.

⁵ MOURA, G. 1980, p. 113.

⁶ MOURA, G. 1980, p. 63. Para a percepção dos dirigentes brasileiros, ver SVARTMAN, Eduardo. As

estratégia regional norte-americana, o que permitiu, nas negociações bilaterais paralelas às conferências multilaterais, que a adesão brasileira à “causa Aliada” e a cedência de bases no nordeste fosse barganhada por créditos para a construção de uma siderúrgica e pelo reequipamento de suas Forças Armadas.

No plano estritamente militar, a aproximação já vinha se dando desde 1939 quando o chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA, George Marshall, visitou o Brasil expondo abertamente às autoridades militares brasileiras a intenção de um acordo de cooperação militar. A visita contou também com uma conferência para os oficiais da Escola de Estado Maior do Exército, que ainda contava com instrutores franceses.⁷ Em retribuição à visita e para detalhar as negociações, Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, seguiu para os Estados Unidos a convite daquele país, lá permanecendo por mais de dois meses e levando consigo o então coronel Canrobert Pereira da Costa, futuro Ministro da Guerra do governo Dutra. Fortemente impressionado pelo “progresso material da poderosa nação”, em seu retorno Góes afirmou que o governo do Estado Novo lançara as bases para o “aparelhamento nacional” e que a guerra iminente colocava o “Exército como elemento central na organização dos recursos nacionais mobilizados para a defesa dos objetivos nacionais.”⁸ Embora o acordo só fosse assinado em 1942, uma comissão de oficiais dos dois países já funcionava no Brasil para coordenar a implantação das bases aéreas e navais no Brasil e, em 1940, um pequeno contingente de oficiais brasileiros já freqüentava as escolas norte-americanas.⁹ Essa comissão, que recebeu o prolixo nome de Comissão de Oficiais Mista Brasileiro-Americana, funcionou no Rio de Janeiro no decorrer do ano de 1941 e foi um dos palcos em que oficiais do alto comando do Exército exercitaram a ambigüidade da posição brasileira face ao conflito com o intuito de obter vantagens em relação aos Estados Unidos. Em uma das reuniões, Góes Monteiro, cujas inclinações favoráveis ao Eixo eram conhecidas na época, assinalava que “o que o Brasil mais precisa é de material e que vem sendo solicitado sem sucesso junto aos EUA”, de modo que eram “pouco satisfatórias as condições de auxílio material dos EUA para o Brasil.”¹⁰ A contrapartida norte-americana em armas ainda demorava, reforçando as

orientações fundamentais da política externa do primeiro governo Vargas. *Anos 90*. n. 5, julho de 1996. pp. 137-172.

⁷ LYRA TAVARES, Aurélio da. *O Brasil de minha geração*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1976. p. 141.

⁸ COUTINHO, Lorival. *O general Góes depõe...* Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1955. p. 362. e AN: AP 51, cx. 2 doc. 1 v 34.

⁹ McCANN, F. Op. cit., p. 235.

¹⁰ Ata da 3ª Sessão da Comissão Mista Brasileiro-Americana. AHEx, Arquivo Góes Monteiro, Caixa 9 Pasta 5 sub-pasta 5. Enquanto os oficiais norte-americanos se reuniam no Rio de Janeiro com seus homólogos brasileiros, a Alemanha, apesar da guerra já iniciada, procurava manter os contatos com a oficialidade

posições dos elementos do governo favoráveis ao Eixo, mas os créditos para a siderúrgica foram liberados naquele mesmo ano.

Em março de 1942 realizou-se no Rio de Janeiro a III Reunião de Chanceleres Americanos, na qual o Brasil e a maioria dos países do continente romperam relações diplomáticas com o Eixo. Em agosto desse ano o Brasil declarou guerra à Alemanha e à Itália. A partir de então consolida-se o alinhamento com os EUA, sendo criada a Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos (CMMBEU), que funcionara tanto no Rio de Janeiro quanto em Washington. No Brasil, o representante do Exército Brasileiro era o general Cristóvão Barcelos, nos EUA, a mesma função era exercida por Leitão de Carvalho.¹¹ Inicialmente a Comissão tratou de colocar em vigor o sistema de *lend-lesaing* que deveria acelerar as tão esperadas remessas de armas e equipamentos para o militares brasileiros.¹² Paralelamente às negociações bilaterais, oficiais brasileiros passam a integrar a Junta Interamericana de Defesa, que, no espírito da Conferência do Rio, deveria traçar as medidas operacionais para a defesa coletiva dos países do continente. Embora longe de ser um consenso no alto-comando militar brasileiro, logo começaram também as pressões e negociações para o envio de tropas brasileiras a pelo menos um dos teatros de guerra. Começava a se delinear o que seria a FEB.¹³

A efetiva operacionalização da cooperação, todavia, se daria ainda mediante a muitos percalços e a uma espécie de jogo de espera por parte da cúpula militar o que, por sua vez, angustiava o segmento mais comprometido com os EUA. Em viagem aos EUA, para assumir seu posto na CMMBEU Leitão de Carvalho faz o seguinte comentário por ocasião da visita a um dos vários centros de treinamento de oficiais montados desde a declaração de guerra:

Funcionavam esses centros haviam sete meses, tendo já fornecido a aviação do exército muitos milhares de oficiais, quando aportamos á cidade. Ao ouvir do

brasileira através de visitas como a do general Niederfüher às instalações militares brasileiras em Santa Catarina. LYRA TAVARES, A. Op. Cit. p.145.

¹¹ Relatório do Ano de 1942 Ministro das Relações Exteriores. p. 23.

¹² O sistema de empréstimo e arrendamento não era estendido apenas ao Brasil, no entanto, 75% dos recursos destinado para a América Latina iam, na prática, para o Brasil, que por sua vez contava ainda com um desconto de 65% sobre o preço de tabela do material bélico norte-americano. Para essa questão, ver HILTON, S. Op. cit., p. 221. Para o texto do acordo, ver a transcrição em LEITE, Mauro R. *Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. p. 528ss.

¹³ Para um relato dos fortes entraves impostos pelo Ministério da Guerra e pelo Estado Maior do Exército à organização da FEB, ver LEITÃO DE CARVALHO, Estevão. *A serviço do Brasil na II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: A Noite, 1952. Para a influência das inclinações pró-Eixo na política externa brasileira desse período, ver SVARTMAN, Eduardo. Presença fascista e política externa na Argentina e no Brasil (1930-1945). *História: debates e tendências*. v.3, n.1, p.55-61, julho de 2002.

dotador do importante e complexo instituto os dados que aí ficam e bem traduzem a grandeza das previsões americanas para asustentar a guerra em que estavam empenhados, não pudemos deixar de recordar, com tristeza, a lamentável indiferença com que no Brasil se encara a preparação do país para uma luta em que se jogavam o destino de todo o continente!¹⁴

A guerra foi um forte catalisador no processo de americanização do Exército brasileiro, acelerando uma tendência que já se esboçava no início dos anos 1930, eliminando as ambigüidades da fase de “equidistância pragmática” e refreando as posições de seus quadros dirigentes germanófilos. Os contatos entre oficiais dos dois países cresceu bastante nesse período. No início de 1943 vários oficiais superiores foram enviados ao norte da África em missões de observação junto às tropas norte-americanas naquela região, entre eles destaca-se Eduardo Gomes (que também estivera nos EUA em 1942) e Mascarenhas de Moraes, futuro comandante da FEB. Para além das impressões quanto a amplitude do planejamento e logística que as operações militares passavam a ter, oficiais como o então tenente-coronel Lira Tavares deixam transparecer um certo encantamento face ao exército e aos oficiais norte-americanos. Em suas memórias, Tavares narra seu primeiro encontro com o general Clark, que mais tarde comandaria as tropas às quais a FEB se integraria, como “uma cena muito cheia de emoções indescritíveis”.¹⁵

Todavia nos depoimentos de militares que estagiaram nos Estados Unidos no início dos anos 1940 prevalece uma visão mais pragmática e crítica, que ensejou uma apropriação bastante seletiva dos saberes lá difundidos. Conforme o depoimento de Henrique Teixeira Lott, os estágios tinham como objetivo colocar os oficiais brasileiros

a par da maneira pela qual os americanos encaravam a guerra e tomar conhecimento do material que eles dispunham para essa guerra. Mas eu, por exemplo, assim como Castelo Branco, tinha uma instrução militar muito maior que a dos oficiais que me estavam ensinando na Escola Superior de Guerra, devido à ligação que mantivemos com a Missão Militar Francesa.¹⁶

O depoimento major Antônio Carlos Murici segue a mesma linha de Lott ao enfatizar o caráter seletivo das incorporações:

O sistema logístico de apoio (...) exige uma técnica que nós não tínhamos. Então

¹⁴ CARVALHO, Eestevão Leitão. *A serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, p. 186

¹⁵ LYRA TAVARES, Aurélio da. *O Brasil de minha geração*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1976. p. 163.

¹⁶ Depoimento concedido ao CPDOC.

tivemos que aprender com os americanos. Eles vieram nos trazer ensinamentos e, ao mesmo tempo, os métodos de trabalho de estado-maior, e não de concepção. Em concepção nós não tínhamos nada a dever ao americano, mas os métodos de trabalho dos americanos nos estados maiores eram diferentes dos nossos. Por uma razão muito simples: nós aqui formávamos um oficial de estado-maior e o preparávamos para atuar em qualquer seção: primeira, segunda, terceira ou quarta (naquele tempo não havia ainda quinta, sexta e outras). Mas os americanos não tinham o número de oficiais suficientes para isso. Foram obrigados a fazer uma simplificação e especialização de tarefas.¹⁷

Para além dos aspectos estritamente militares e operacionais, Muricy, de forma semelhante a Leitão de Carvalho, mostrou-se mais impressionado com a capacidade e de mobilização de recursos dos EUA. Referindo-se às visitas que fez às instalações militares daquele país, por ocasião do curso de estado-maior, assinalou que “nós vimos que, realmente, os Estados Unidos eram uma potência industrial capaz de fazer o milagre que fez”.¹⁸

A partir de meados de 1943 iniciou-se o fluxo de mais de duas centenas de oficiais brasileiros para realizar cursos de estado-maior em Fort Lavenworth e estágios em diferentes unidades do Exército norte-americano. O objetivo, portanto, era converter a sua formação francesa calcada na guerra de trincheiras para a guerra de movimento e familiariza-los com os regulamentos, equipamentos e armamentos empregados pelo exército daquele país. A idéia de enviar oficiais brasileiros aos Estados Unidos surgiu na CMMBEU e, nas palavras de Leitão de Carvalho, “facultaria, através de um grupo de elite, o contato entre os quadros permanentes das duas corporações, permitindo assim que seus membros se conhecessem, se apreciassem, e se preparasse a atmosfera psicológica necessária a uma confiante colaboração na guerra.”¹⁹ O programa previa uma semana de adaptação dos oficiais no centro ou escola, seis a oito semanas de instrução, duas a três semanas de estágios em outros centros ou em manobras e, por fim, uma semana para visitar grandes cidades como Nova York ou Washington.

Comissões mistas, missões de observação, estágios, cursos e a experiência de combate – vitoriosa – junto às tropas norte-americanas permitiram uma rápida assimilação da doutrina militar daquele país por essa geração de oficiais brasileiros. Consolidava-se uma forte simpatia pelos Estados Unidos em diferentes camadas do oficialato brasileiro e institucionalizavam-se espaços de consagração profissional que, pela via da internacionalização ou da experiência de combate poderiam impulsionar carreiras.

É preciso cautela quando se relaciona a FEB, a assimilação de padrões organizacionais e operacionais norte-americanos e a incorporação de atitudes políticas e ideológicas

¹⁷ Depoimento concedido ao CPDOC em fevereiro de 1981, p. 185.

¹⁸ *Idem*, p. 193.

¹⁹ LEITÃO DE CARVALHO, E. *Op. cit.* p. 359.

favoráveis àquele país. Não se pode desconsiderar o fato de que a participação na FEB não foi um elemento exclusivo de nenhuma clivagem do corpo de oficiais do Exército. Os oficiais que mais tarde vieram a compor a chamada ala nacionalista do Exército tiveram o mesmo grau de engajamento na FEB que os identificados com o antivarguismo e, mais tarde, com o próprio golpe de 1964.²⁰ No entanto, a participação efetiva num conflito da magnitude da II Guerra Mundial conferia prestígio, especialmente no meio militar, aos oficiais que da FEB retornavam, quaisquer que tenham sido suas posições políticas no pós-guerra.

O sentido conferido a essa experiência e o uso feito desse prestígio, que em certa medida marcou as posições assumidas pelas diferentes clivagens do oficialato do Exército nas décadas seguintes, foi variado, no entanto havia uma certa convergência.

Independente das posições políticas assumidas no pós-guerra, estruturava-se um núcleo profissional e agora experiente do Exército, parte dele simpático aos EUA, e crente que só a “mobilização nacional”, o planejamento racional e o desenvolvimento de uma infraestrutura industrial, de transportes e comunicações poderiam garantir a segurança dos Estados e das Nações. Em suas memórias, Lira Tavares colocou essa questão nos seguintes termos: “A guerra nos trouxera (...) uma consciência mais realista das nossas vulnerabilidades internas e da falta de infra-estrutura para corrigi-las.”²¹ Foi nesse sentido que se deu o consumo de determinados procedimentos e valores organizacionais observados no Exército norte-americano. Bem antes do advento da Guerra Fria, a americanização do exército brasileiro já operava como um elemento de reforço no protagonismo político dos militares brasileiros, especialmente nos campos por eles considerados sensíveis à segurança nacional: energia, transporte e siderurgia.

A simpatia aos Estados Unidos sedimentou-se de diversas formas, entre elas o estabelecimento de laços pessoais. Um dos oficiais de ligação dos EUA com a FEB, Vernon Walters, tornou-se bastante próximo de vários oficiais brasileiros e estabeleceu duradouros laços de amizade, em particular com Castelo Branco, que foram mantidos depois da guerra e reforçados duas décadas mais tarde quando este participava das reuniões nas quais Cordeiro de Farias, Castelo, Geisel, Golberi e as lideranças civis conspiravam contra o governo João Goulart.²²

²⁰ SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. Tese de doutorado. Porto Alegre, UFRGS, 2006. p.

²¹ TAVARES, A. 1976, p.266.

²² Walters serviu como adido militar assistente no Brasil de 1945 a 48 e como adido militar de 1962 a 67. Foi colaborador de vários governos republicanos nos EUA e em 1972 foi nomeado vice-diretor da CIA.

A aproximação dos oficiais do Exército Brasileiro com os EUA foi marcada por um forte pragmatismo da cúpula militar; afinal, tanto Dutra quanto Góes Monteiro eram notórios simpatizantes do Eixo. Os rumos da guerra, o peso da política pan-americanista dos EUA e o temor quanto à mobilização nazista entre os descendentes dos imigrantes germânicos contribuíram para que prevalecesse o senso de oportunidade e se garantisse, com a americanização, o reequipamento e a modernização das Forças Armadas brasileiras e se viabilizasse uma eventual projeção regional, especialmente em face à Argentina.²³

Para a geração de coronéis e tenente-coronéis que experienciaram a conversão doutrinária e operacional, coroada com a efetiva participação nos combates da II Guerra mundial pelo envio da FEB à Itália, a aproximação com os Estados Unidos trouxe mais do regulamentos e armamentos de procedência norte-americana. O contato com o “esforço de guerra” e com o grau de mobilização de recursos e planejamento daquele país reforçou uma disposição já há tempos sedimentada entre os oficiais brasileiros na qual em nome da defesa nacional os militares deveriam assumir um protagonismo maior em segmentos considerados sensíveis da economia e da administração pública. Se de um lado a Escola Superior de Guerra, criada em 1948, foi um fruto precoce da Guerra Fria, por outro, ela repercutia o esforço que um segmento do oficialato brasileiro empreendia no sentido de subordinar as demandas do desenvolvimento às de uma noção ampliada de defesa.

É nesse sentido que Muricy articula em seu depoimento a criação da ESG, e a subsequente produção de sua conhecida Doutrina de Segurança Nacional, “uma filosofia, que surgiu depois da guerra de 39 e 45, em que se sentiu que o problema de segurança extrapolava muito o campo militar. E, mais do que isso, extrapolando o campo militar, envolvia todas as atividades do país, tanto na retaguarda quanto na frente.”²⁴ Institucionalizou-se, a partir de então, um espaço importante de produção e difusão doutrinária capaz de combinar, em sintonia com o que era produzido em organismos congêneres nos EUA, o anticomunismo “tradicional”, que era cultivado no Exército desde a insurreição de 1935 com a Guerra Fria²⁵ e a necessidade de “racionalização” da política brasileira como condição para a segurança e para o desenvolvimento.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973. p. 460ss. Para a amizade com Castelo Branco, ver DULLES, J. 1979. p. 175. e NETO, Lira. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 230.

²³ SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Diplomatas, políticos e militares: as visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo*. Passo Fundo: UPF Editora, 1999. p. 117s.

²⁴ Depoimento concedido ao CPDOC.

²⁵ MOTTA, Rodrigo Sá. O anticomunismo militar. in: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006. p. 24

A recepção das doutrinas norte-americanas no meio militar brasileiro foi, como se pode apreender dos depoimentos, bastante seletiva, sem que implicasse em abrir mão de velhas estruturas autoritárias, antiliberais, da tradicional desconfiança face ao egoísmo dos “políticos profissionais” ou da crença na superioridade moral e técnica do militar face aos civis. Este último aspecto foi consideravelmente majorado nas décadas de 1950 e 60 e sempre esteve intimamente relacionado com a disposição para a intervenção política. O principal ponto de convergência era, sem dúvida, o anticomunismo, seguido de valores calcados no planejamento e na tecnificação da administração pública. Tratam-se de elementos há muito presentes no universo simbólico dos oficiais do Exército, que neste período, particularmente na ESG, foram reforçados através da repetição escolástica da doutrina, dos manuais, e dos estudos lá realizados.

O processo de americanização do Exército Brasileiro se deu, inicialmente, de forma prioritariamente militar, “técnica”. Predominaram temas referentes a aquisição de armas e doutrinas táticas, em detrimento de uma propaganda mais explícita. Ainda assim a adesão do Brasil ao sistema de poder norte-americano permeava todo o processo. De modo que conhecer instalações militares norte-americanas, viver algum tempo nesse país ou travar uma experiência real de combate no exército Aliado incutiu uma forte predisposição pró-Estados Unidos em importantes frações do oficialato brasileiro. Com o advento da Guerra Fria, e o recrudescimento do anticomunismo no Brasil, a identificação estritamente militar desses oficiais brasileiros com os EUA se projetava então para as idéias de Ocidente, democracia e cristandade e esteve relacionada com a crescente atuação dos militares na esfera política interna.